

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N.º 03/2026**

**Sessão Ordinária Realizada no dia 30 de junho de 2026**

**Presidente da Assembleia**

Manuel Augusto Meirinho Martins

**Secretários**

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes.

**Substituições**

Víctor Manuel Pissarra Cavaleiro (*substituído por Anacleto Afonso Gonçalves Carriço*); Luís Manuel Alves Costa (*substituído por João António Ramos da Fonseca Nunes*); Francisco Costa Carvalho (*substituído por Manuel Augusto Alves Lousa*); César António Cruz Nascimento (*substituído por Francisco António Simões dos Santos Vaz*); Pedro Emanuel Ambrósio Figueiredo (*substituído por Nélia Maria Nicolau Carrilho*); Marisa Augusta Lourenço Igreja (*substituída por Florin Cozac*); Miguel Esteves Almeida (*substituído por Paulo Jorge Mota Ramos*); Junta de Freguesia de Bismula (*representada pelo secretário: Miguel João dos Santos Tomé*); União de Freguesias de Santo Estevão e Moita (*representada pelo secretário: Clementina da Silva Caramona*).

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

**Não presenças e faltas**

Não estiveram presentes os Presidentes das Juntas de Freguesia de Bendada, Fóios e Quadrazais, não tendo sido substituídos, tendo apresentado as respetivas justificações de falta e aceites pelo Sr. Presidente da Assembleia.

**Hora de Abertura**

Quinze horas.

**Local**

Auditório Municipal do Sabugal.

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

## Antes da Ordem do Dia

### Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 30-04-2026

**Deliberação:** A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 30-04-2026**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

### Ponto 2 - Expediente

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido, bem como dos assuntos que foram entregues à Mesa da Assembleia, nomeadamente:

- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação registada sob o n.º 8762, datada de 08-06-2026, referente à Prestação de Contas Consolidadas – 2025.

### Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

#### Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta na íntegra no **Anexo 1**.

A Sr.ª Sandra Silvestre proferiu a sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 2**.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa, Stephane Fanucchi, colocou três questões ao Sr. Presidente da Câmara:

1. Solicitou um ponto de situação sobre o projeto de requalificação da estrada que liga a Rebolosa à Aldeia da Ribeira, bem como a data prevista para o início da obra;
2. Questionou o ponto de situação da instalação da fibra ótica no concelho e a respetiva previsão de implementação, tendo em conta o projeto nacional que visa dotar as aldeias desta infraestrutura;
3. Solicitou um ponto de situação relativamente ao projeto de requalificação da estrada que liga o Sabugal à Guarda, bem como a previsão para o início da empreitada.

O Sr. João Nunes procedeu à leitura da sua intervenção cujo teor consta no **Anexo 3**.

#### Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso apresentou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara. A primeira incidiu sobre a requalificação da estrada Sabugal–Guarda, referindo que, segundo informação de que dispõe, as Infraestruturas de Portugal aguardam pela elaboração do projeto, da responsabilidade dos Municípios do Sabugal e da Guarda, pelo que questionou o ponto de situação desse processo por parte da Câmara Municipal do Sabugal. A segunda questão prendeu-se com a cafetaria em construção no Largo da Fonte, tendo questionado quando se prevê o lançamento da concessão do equipamento e quais os critérios ou condições a observar pelos potenciais interessados.

O Sr. José Nunes apresentou a sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 4**.

A Sr.<sup>a</sup> Marisa Martins abordou a temática da recolha de resíduos no mês de agosto, na sequência do aumento da população decorrente da vinda da diáspora.

Tendo-se verificado problemas na recolha de resíduos no ano anterior, que, para além do mau aspeto, constituíram um potencial risco para a saúde pública, questionou se estão asseguradas todas as condições necessárias para garantir a recolha de resíduos nas localidades do concelho durante o corrente mês.

Referiu, ainda, a questão da limpeza das ruas da cidade do Sabugal, que, na sua opinião, se encontram sujas, questionando se tal se deve à falta de varredores ou à inoperacionalidade da máquina de limpeza.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo começou por referir que se revê nas palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Assembleia no início da sessão.

Em representação do Grupo Municipal do Partido Chega, saudou o Executivo Municipal pelo sucesso das Festas da Cidade.

Relativamente à primeira questão, referente à aquisição de serviços para a manutenção e conservação das zonas da praia fluvial e de Entre Pontes, no Sabugal, referiu que, segundo informação de que dispõe, o procedimento foi impugnado por um dos concorrentes, por alegada valorização da qualidade dos recursos humanos de outro concorrente, apesar de este não ter feito referência a esse aspeto na respetiva proposta. Questionou, por isso, qual o ponto de situação da adjudicação, se será necessário recorrer a um ajuste direto, se a manutenção das praias fluviais está assegurada e quando será prestada informação aos munícipes sobre o estado do procedimento.

Quanto à segunda questão, relativa à contratação de recursos humanos para o BUPi, referiu que o primeiro procedimento concursal foi anulado por falta de definição de critérios de desempate e de seleção, considerando essa situação incompreensível. Acrescentou que foi posteriormente aberto um novo concurso, do qual resultou a contratação das mesmas pessoas que já desempenhavam aquelas funções.

Perante o exposto, questionou qual o ponto de situação de ambos os procedimentos concursais.

### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata iniciou a sua intervenção alertando para a necessidade de proceder à limpeza da zona junto ao Sol Rio. Manifestou ainda preocupação com a fiscalização das obras em curso no passeio fluvial, referindo que já são visíveis alguns sinais de degradação. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a possibilidade de o Município adquirir, de forma faseada, algumas habitações na zona do castelo, por considerar importante a recuperação do centro histórico do Sabugal. Por fim, deu nota de que recebeu várias reclamações de moradores da Rua Nuno Montemor, por entenderem que a via está a ficar demasiado estreita.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, tendo começado por manifestar uma palavra de solidariedade para com o povo venezuelano, na sequência dos acontecimentos ocorridos, bem como para com os cidadãos portugueses que perderam a vida no terramoto.

### Quanto às questões suscitadas, e mantendo a ordem das intervenções:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, o Sr. Presidente da Câmara salientou a importância do projeto registado e validado na plataforma do Mercado Voluntário de Carbono Português, referindo que a empresa responsável é oriunda do concelho do Sabugal. Informou ainda que já tinha estabelecido contacto com a empresa, tendo disponibilizado os serviços e o apoio necessários ao desenvolvimento do projeto, que envolve também a Fundação Repsol.

Relativamente ao Festival de Salvaterra do Extremo, destacou tratar-se de um projeto vocacionado para as áreas do ambiente, da agricultura, da sustentabilidade e da economia circular, considerando importante a partilha das experiências desenvolvidas nesse âmbito.

Prosseguiu, dando nota de que o Património Cultural Imaterial da Capeia Arraiana foi renovado, salientando a importância deste reconhecimento, por se tratar de um ex-líbris do concelho do Sabugal. Ressaltou, contudo, a necessidade de salvaguardar a Capeia Arraiana, de modo a evitar que seja desvirtuada.

Informou que, no próximo boletim municipal, será publicada uma entrevista ao Dr. Luís Capucha, que tem desenvolvido diversos estudos e apresentado vários trabalhos relacionados com a Capeia Arraiana. Relativamente a esta temática, esclareceu que a Câmara Municipal não se deve imiscuir na organização das capeias, competindo-lhe, contudo, contribuir para a salvaguarda das respetivas condições de segurança. Neste seguimento, referiu, ainda que, no dia seguinte, teria lugar uma reunião com as forças de segurança e os bombeiros, com vista à programação das questões relacionadas com a segurança. Acrescentou que a equipa médica estará novamente presente nas capeias, de forma a assegurar a prestação de cuidados em caso de eventuais incidentes.

Em resposta à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Sandra Silvestre, referiu que as Festas foram, de facto, um sucesso, contando com cerca de 5.000 participantes por dia, apesar da cobrança de uma entrada

simbólica. Salientou a preocupação demonstrada com as questões da sustentabilidade e do ambiente, considerando que esta opção revelou uma boa adaptação por parte da população. Acrescentou que todos estão de parabéns, destacando a melhoria e a maior atratividade do espaço. Relativamente às Festas da Cidade, integradas nas celebrações de São João, considerou que estas não constituem propriamente um custo, mas antes um investimento, estando prevista a realização de um estudo pelo IPG que permita a quantificação do impacto das Festas da Cidade na economia local.

Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa, quanto à requalificação da estrada Rebolosa–Aldeia da Ribeira, informou que o projeto está a ser ultimado para que o lançamento da empreitada ocorra a breve prazo. Esclareceu que se verificou um atraso no lançamento da obra motivado pela necessidade de alteração do projeto decorrente das concretas condições verificadas na via, designadamente, em termos de drenagem. Informou que o projeto contempla o saneamento total da obra e um acréscimo substancial do investimento, antevendo-se o lançamento do concurso a breve prazo.

No que respeita à fibra ótica, comunicou que, no dia 3 de julho, pelas 10h30, no Centro de Inovação Tecnológica de Carrazeda de Ansiães, serão celebrados os contratos para a instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada, nas denominadas áreas brancas. Informou ainda que será instalada uma antena da NOS entre o Ozendo e a Torre.

Relativamente à EN 233, começou por fazer um enquadramento, explicando que o projeto teve inicialmente um financiamento de 5 milhões de euros, aumentado para 15 milhões e, atualmente, para 21 milhões de euros. Na sequência deste aumento do financiamento, as Infraestruturas de Portugal exigem a elaboração de um projeto que cumpra as normas por si determinadas.

Informou que, neste momento, se encontra em curso o procedimento para lançamento do concurso para elaboração do projeto, conforme compromisso conjunto da Câmara Municipal da Guarda, Câmara Municipal do Sabugal e Infraestruturas de Portugal. A Câmara Municipal do Sabugal já realizou o estudo de tráfego. Esclareceu que não será possível lançar a obra enquanto todos estes procedimentos não estiverem concluídos, comprometendo-se a prestar novas informações assim que existam desenvolvimentos.

Em resposta ao Sr. João Nunes, esclareceu que a limpeza das faixas de gestão de combustível é da competência das Juntas de Freguesia, sendo que a legislação determina a limpeza de uma faixa de 10 metros. Acrescentou que a Câmara Municipal se encontra no terreno a verificar o cumprimento destas obrigações. Referiu ainda que se verifica uma enorme falta de mão de obra para a execução deste tipo de trabalhos, o que tem contribuído para os atrasos nas limpezas a nível nacional. Informou que a Câmara Municipal dispõe de equipas no terreno que estão a sensibilizar os proprietários particulares para a necessidade de procederem à limpeza dos terrenos, enquanto a

GNR se encontra a identificar os proprietários dos terrenos localizados no interior dos aglomerados populacionais.

Relativamente à limpeza das faixas das estradas nacionais, referiu ter transmitido às Infraestruturas de Portugal o seu descontentamento pela ausência de limpeza.

Quanto ao equipamento cedido pelo ICNF, explicou que um dos itens previstos no protocolo consiste na limpeza de faixas de 10 metros. Paralelamente, existe equipamento da CIM no terreno, destinado à realização de limpezas em locais específicos. Informou ainda que está prevista a disponibilização de um buldózer D6, que irá realizar trabalhos de abertura de caminhos em zonas de difícil acesso.

Acrescentou que, recentemente, o Município adquiriu, no âmbito da ITI, diversos equipamentos destinados à prevenção de incêndios, bem como geradores. Informou ainda que existem nove Juntas de Freguesia com candidaturas aprovadas na sequência dos incêndios, encontrando-se estas a receber formação na área da contratação pública para a aquisição dos equipamentos.

Relativamente ao projeto para o Parque da Cidade, referiu que o anteprojeto já se encontra idealizado e que, após a sua conclusão, será divulgado para que a população possa pronunciar-se. Explicou que o objetivo é que o espaço possa acolher as Festas da Cidade e outros eventos, bem como o mercado quinzenal. O projeto prevê a criação de uma área verde, de um espaço destinado à realização de eventos e do mercado, bem como de uma zona de estacionamento.

Em resposta ao Sr. João Manso, referiu que a questão relativa à EN 233 já havia sido anteriormente respondida. Quanto à cafetaria, explicou que o objetivo é dar vida ao Largo da Fonte, podendo outros projetos vir a ser avaliados no futuro. Informou ainda que, assim que o equipamento reúna condições para ser utilizado, será realizada uma hasta pública para a concessão do espaço.

Relativamente à intervenção do Sr. José Nunes, informou que a Câmara Municipal está atenta às alterações introduzidas pelo novo diploma legal, salientando que tem um técnico nomeado como responsável pela cibersegurança e faz um acompanhamento permanente dessas questões e alterações. Acrescentou que o Município está a trabalhar em parceria com a Sociedade para a Informação Digital (ADSI), que funciona no IPG, com o objetivo de proporcionar formação nesta área, considerando tratar-se de uma das questões mais preocupantes no dia a dia. Referiu ainda que, para além da ADSI, a Câmara Municipal trabalha com outras entidades, procurando estar o mais preparada possível para este tipo de situações.

Em resposta à Sr.<sup>a</sup> Marisa Martins, referiu que esta é uma preocupação constante durante os meses de verão, devido à grande afluência da diáspora sabugalense ao concelho. Contudo, considerou que a situação se encontra devidamente estruturada, existindo uma nova viatura e estando previsto o reforço das equipas durante o mês de agosto.

Quanto à limpeza das ruas, explicou que, devido às chuvas, a vegetação cresceu mais do que o habitual. Apesar de os trabalhos de limpeza estarem a ser realizados, não é possível intervir em

todos os locais em simultâneo. Comprometeu-se, contudo, a alertar os técnicos para a necessidade de reforçar a limpeza após a realização das intervenções.

Na sequência da intervenção do Sr. Carlos Simões de Melo, referiu que a questão relativa às Festas da Cidade já havia sido anteriormente respondida.

Relativamente ao concurso para a zona da praia fluvial, explicou que foram apresentadas duas propostas, tendo uma das empresas sido preterida e apresentado uma reclamação. O júri analisou a reclamação e concluiu não haver fundamento para lhe dar provimento, tendo ambas as empresas sido excluídas. Na sequência dessa decisão, foi agora apresentada uma nova reclamação.

Informou, contudo, que a manutenção dos espaços verdes está a ser assegurada por funcionários do Município.

Quanto ao concurso do BUPi, referiu que a questão já havia sido várias vezes esclarecida em Reunião de Câmara, tendo explicado que se tratou de um lapso do júri, que não definiu um critério de desempate, situação que conduziu à anulação do concurso.

Relativamente à intervenção do Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara informou que será realizada uma intervenção em todo o percurso do passeio fluvial. Salientou que, do ponto de vista climático, o ano foi atípico, estando a ser desenvolvidos esforços para reparar os danos causados. Acrescentou que as obras serão devidamente fiscalizadas e que, caso seja detetada alguma situação que não esteja conforme, o empreiteiro será alertado.

No que respeita à aquisição das casas do Castelo, informou que algumas já foram adquiridas no âmbito da candidatura do IHRU para Habitação Acessível. Foram referenciadas 12 casas, das quais cinco foram aprovadas, tendo já sido realizada a escritura de uma. Aguarda-se a realização das escrituras das restantes, para que possam ser executadas as obras, também suportadas pelo IHRU, com vista à sua colocação no mercado de habitação.

Acrescentou que, no âmbito da nova reprogramação da ITI, existem cerca de 4 milhões de euros disponíveis, embora com uma taxa de financiamento reduzida.

Relativamente à requalificação da Rua Nuno Montemor, explicou que a obra ainda não se encontra concluída, tendo já sido transmitido aos residentes que a intervenção obedece a rigorosos critérios de acessibilidade, definidos no projeto, os quais têm de ser cumpridos para que este possa beneficiar de financiamento.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PS

A Sr.<sup>a</sup> Júlia Bogas alertou para o facto de terem sido colocados dois postes de betão de eletricidade junto à Rua Pedro Álvares Cabral, em frente à porta principal do Castelo, considerando que os mesmos destoam da zona histórica.

O Sr. João Manso prosseguiu, referindo que, na última sessão, o Sr. Presidente da Câmara havia informado que se aguardava a aprovação de uma candidatura de 4 milhões de euros para a APAL e que estava agendada uma reunião com a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente. Nesse sentido, questionou sobre os assuntos de maior relevância discutidos nessa reunião e se a candidatura já havia, ou não, sido aprovada.

Em nome do Grupo Municipal do PS, transmitiu uma palavra de solidariedade para com os cidadãos da Venezuela e para com a vasta comunidade portuguesa residente naquele país.

Congratulou o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo pelo sucesso alcançado pelas Festas da Cidade. Manifestou satisfação pelo facto de ter sido cobrada uma entrada de valor simbólico, considerando que esta medida não afastou a população. Partilhou da opinião do Sr. Presidente quanto à intenção de transformar as Festas num evento de dimensão regional, considerando, contudo, que tal implicará uma forte aposta na contratação de artistas e, consequentemente, um aumento do orçamento.

Considerou que o Parque da Cidade poderá constituir um espaço de referência a nível distrital, mas alertou para o facto de se tratar de um investimento que terá custos para os munícipes. Nesse sentido, e à semelhança do que havia sido referido pelo Sr. João Nunes, defendeu que o espaço deverá assumir uma natureza multiusos e que a população deverá ser chamada a participar e a pronunciar-se, bem como as Juntas de Freguesia e as associações, de forma a garantir a criação de um verdadeiro espaço multiusos.

Congratulou ainda o Município pela instalação da cafetaria no Largo da Fonte, bem como pela assinatura dos protocolos que permitirão a cobertura de fibra ótica nas zonas cinzentas, salientando, contudo, a importância de que a instalação da fibra ótica seja concretizada o mais rapidamente possível.

Manifestou o seu desagrado relativamente ao que foi referido acerca da estrada Sabugal–Guarda, reconhecendo que a intervenção permitirá melhorar as condições da via, mas considerando que, por se prever que a sua execução demore mais tempo, a estrada continuará a degradar-se. Acrescentou que, associada à ausência de limpeza das faixas, esta situação transmite uma imagem negativa do concelho do Sabugal, apesar de nem a manutenção da estrada nem a limpeza das faixas serem da responsabilidade do Município.

Reiterou o seu apoio, salientando, contudo, que as Estradas de Portugal deverão assegurar uma manutenção mínima da via, de modo a garantir condições de circulação até à realização da obra.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo referiu que errar é humano, mas que existem erros mais graves do que outros, sobretudo quando estão em causa as expectativas, a segurança ou o dinheiro dos munícipes, justificando, nesse sentido, a questão colocada relativamente ao concurso.

De seguida, questionou sobre o ponto de situação da freguesia da Rapoula do Côa, nomeadamente se existe alguma previsão para a realização de eleições, se os prazos previstos estão a ser cumpridos e quando se prevê que as mesmas venham a realizar-se.

Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Relativamente às questões suscitadas, e mantendo a ordem das intervenções:

Em resposta à Sr.<sup>a</sup> Júlia Bogas, o Sr. Presidente da Câmara referiu que já tinha detetado a situação, tendo solicitado esclarecimentos aos técnicos do Município. Foi-lhe transmitido que, naquela zona, não existe infraestrutura enterrada. A situação foi reportada à EDP, tendo sido manifestada a discordância relativamente à conduta adotada, encontrando-se o Município a aguardar que a questão seja solucionada.

Quanto à intervenção do Sr. João Manso sobre a candidatura ao Fundo Ambiental, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara esclareceu que, na reunião realizada com a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente, esta informou que iria avaliar a situação, estando o Município a aguardar uma resposta.

O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que, relativamente às Festas de São João, não havia muito mais a acrescentar, reiterando que todos deverão ser consultados e chamados a dar a sua opinião, de modo a que, no final, seja possível concretizar um projeto que sirva a população e o território. No que respeita às zonas cinzentas, referiu que a questão já havia sido anteriormente esclarecida. Quanto à degradação da EN 233, reiterou ter manifestado o seu descontentamento e indignação perante as Infraestruturas de Portugal, tanto verbalmente como por escrito, considerando a situação inadmissível.

Relativamente ao ponto de situação da freguesia da Rapoula do Côa, colocado pelo Sr. Carlos Simões de Melo, comunicou que o Município foi informado de que, no dia 19 de junho, a Assembleia de Freguesia reuniu, tendo verificado não existirem condições para prosseguir os trabalhos, situação que resultou também de um conjunto de demissões.

Nesse sentido, no dia 26, foi remetida ao Sr. Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna o pedido de nomeação de uma comissão administrativa. Foi igualmente comunicado à Secretaria de Estado da Administração Local e do Território que deverão ser marcadas eleições no prazo legalmente estabelecido.

O Município aguarda, assim, que estes procedimentos sejam desencadeados, de forma a poder dar cumprimento ao que lhe vier a ser solicitado.

## **ORDEM DO DIA**

**Ponto 01 – Discussão e votação da correção da repartição de encargos plurianuais da obra ‘Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e Espaços Contíguos no Sabugal’**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 6959, datada de 07-05-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar a correção da repartição de encargos**

**plurianuais da obra ‘Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e Espaços Contíguos no Sabugal’, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que a obra foi recentemente adjudicada, pelo valor de mais de 971.000,00 €, estando, por esse motivo, sujeita a visto do Tribunal de Contas. Explicou que o início da obra ocorrerá mais tarde, uma vez que os prazos inicialmente estipulados não foram cumpridos, sendo, por isso, necessário proceder à correção dos encargos plurianuais. Encontra-se previsto um encargo de 502.987,36 € + IVA para 2026 e de 468.381,55 € + IVA para 2027, estando definido um prazo de execução de 540 dias. Assim que seja obtido o visto do Tribunal de Contas, estarão reunidas as condições para o início da obra.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Saul Ribeiro procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 5**.

Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata declarou o voto favorável relativamente ao ponto em discussão, esclarecendo, contudo, que, não sendo contra a realização da obra, considera que existem outros locais no Sabugal que necessitam de intervenções mais prioritárias do que a rua em causa.

Em resposta ao Sr. Saúl Ribeiro, o Sr. Presidente da Câmara informou que já iniciaram conversações com os taxistas, com o objetivo de garantir condições para a sua permanência no mesmo local. Quanto aos comerciantes e empresários, esclareceu que ainda não foi estabelecido qualquer contacto.

Reconheceu que a obra irá causar alguns transtornos, mas explicou que, caso se verifiquem quebras nos negócios decorrentes da realização dos trabalhos, os comerciantes dispõem de mecanismos legais que lhes permitem apresentar pedidos de indemnização junto da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara manifestou a sua discordância relativamente à opinião do Sr. João Manata quanto à prioridade atribuída à requalificação da rua, referindo que apenas falta dar continuidade à intervenção desde a Rua António José de Almeida até à saída em direção a Quadrazais. Concluiu que o Sabugal está a ficar definitivamente requalificado do ponto de vista urbano, fruto das candidaturas apresentadas e dos apoios obtidos através do PT 2020 e do PT 2030.

## **Ponto 02 - Discussão e votação da proposta de atribuição das despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil**

**Deliberação:** A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 2820, de 24 de fevereiro de 2026, e à deliberação da Câmara Municipal de 11 de junho de 2026, deliberou, por maioria, com **49 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção**, aprovar a atribuição de despesas de

representação ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, no montante de **218,26 €**, nos termos do n.º 6 do artigo 14.º-A da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, e do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Pelo Grupo Municipal do Partido CHEGA foi apresentada declaração de voto, cujo teor consta no **Anexo 6**.

Relativamente ao ponto em discussão, o Sr. Presidente da Câmara informou que o Coordenador Municipal da Proteção Civil passou recentemente a acumular a coordenação do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.

Salientou que este tem desenvolvido um excelente trabalho, nomeadamente no acompanhamento e na formação das Juntas de Freguesia na área da contratação pública, assegurando um acompanhamento próximo e rigoroso das mesmas.

Acrescentou que é igualmente responsável pela gestão da Colónia Agrícola Martim Rei.

Considerou, por isso, justo que aufera uma remuneração equiparada à de Chefe de Divisão. Explicou que, de momento, não existe lugar disponível no quadro de pessoal e que o atual organograma não permite a criação de uma nova divisão, situação que apenas poderá ser ultrapassada numa eventual revisão do quadro de pessoal.

Intervieram os seguintes Grupos Municipais:

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que, face ao exposto, à documentação apresentada e ao conhecimento pessoal que possui do apoio prestado pelo Eng.º Alberto Barata às Juntas de Freguesia, considera que a proposta é, para além de legítima, justa. Nesse sentido, informou que o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD será favorável.

#### Grupo Municipal do PS

A Sr.ª Nélia Carrilho procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 7**.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo começou por referir que o ponto em discussão diz respeito à proposta de atribuição de despesas de representação, enquanto a proposta que fundamenta o pedido se refere à remuneração do Coordenador Municipal da Proteção Civil. Salientou, contudo, que o Sr. Presidente da Câmara se referiu a uma remuneração equivalente à de Chefe de Divisão, considerando, por isso, que não é claro qual é, efetivamente, a matéria que está em discussão.

Referiu não compreender a proposta apresentada, quer quanto à sua fundamentação, quer quanto à forma e ao conteúdo, pelo que informou que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA será contra, por desconhecimento concreto da matéria que está a ser submetida a votação, independentemente das qualidades profissionais do Sr. Coordenador Municipal da Proteção Civil.

Acrescentou que o aumento de 217 €, ao qual acrescem as despesas de representação, corresponde a um aumento total superior a 400 € mensais, representando mais de 6.000 € anuais no orçamento e um aumento de cerca de 17% na remuneração do Coordenador.

Concluiu referindo que o Partido CHEGA não coloca em causa a competência nem o trabalho desenvolvido pelo Coordenador, mas sim o aumento das despesas e a falta de clareza quanto ao próprio ponto em discussão, pelo que o sentido de voto será contra, acompanhado da apresentação de declaração de voto vencido.

Em resposta à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Nélia Carrilho, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Proteção Civil é constituída por uma equipa, para além do Coordenador, que o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia dispõe igualmente de uma equipa e que a gestão da Colónia Agrícola envolve quatro funcionários. Salientou que, até ao momento, o técnico tem dado uma resposta favorável a todas as questões que lhe têm sido colocadas.

Em resposta ao Sr. Carlos Simões de Melo, esclareceu que a aprovação da remuneração ou equiparação à de Chefe de Divisão é da competência da Câmara Municipal, enquanto a aprovação das despesas de representação compete à Assembleia Municipal.

Em resposta ao Sr. Carlos Simões de Melo, esclareceu que a aprovação da remuneração ou equiparação à de Chefe de Divisão é da competência da Câmara Municipal, enquanto a aprovação das despesas de representação compete à Assembleia Municipal.

Interveio novamente o Sr. Carlos Simões de Melo, referindo que o documento que fundamenta o ponto é muito vago relativamente às despesas de representação e não é suficientemente claro quanto à matéria que está a ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal. Considerou que o documento, eventualmente utilizado na Reunião de Câmara, deveria conter informação mais específica sobre as despesas de representação.

O Sr. Presidente da Assembleia interveio para referir que a estrutura do documento é desadequada àquilo que deve ser proposta para deliberação da Assembleia Municipal, uma vez que não apresenta uma formulação objetiva, considerando que apenas o último parágrafo é válido para o efeito.

Referiu, contudo, que considera que o ponto reúne condições para ser aprovado, uma vez que da proposta consta que compete à Assembleia Municipal aprovar as despesas de representação. Nesse sentido, questionou os representantes dos Grupos Municipais sobre se partilhavam da mesma interpretação.

Intervieram novamente os seguintes Grupos Municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, salientou que, da leitura da documentação, compreendeu que a matéria relativa à remuneração é da competência da Câmara Municipal, enquanto as despesas de representação são da competência da Assembleia Municipal. Considerou que apenas falta especificar o respetivo valor, mas afirmou sentir-se confortável com a votação, por ter consciência da matéria sobre a qual está a votar.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que o Grupo Municipal do PS está de acordo com a votação do ponto, uma vez que, na reunião preparatória, embora o documento não seja particularmente claro, tanto a descrição do ponto como o último parágrafo fazem referência à aprovação das despesas de representação. Nesse sentido, considerou que estão reunidas as condições para que o documento seja submetido a votação.

#### Grupo Municipal dos Cidadãos Eleitores

A Sr.<sup>a</sup> Presidente da União de Freguesias de Pousafoles, Penalobo e Lomba, Cristina Pires, manifestou a sua concordância com a votação do assunto.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo referiu que, na sequência da explicação prestada e da posição assumida pelo Sr. Presidente da Assembleia, ficou esclarecido o conteúdo do ponto em discussão. Assim, informou que o Grupo Municipal do Partido CHEGA irá votar com base nessa interpretação, uma vez que tanto o documento como a explicação inicialmente prestada pelo Sr. Presidente da Câmara não correspondiam, na sua perspetiva, à matéria que efetivamente será submetida a votação.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata manifestou a sua concordância com a votação do assunto.

### **Ponto 03 - Discussão e votação do projeto de Regulamento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução de Gatos do Município do Sabugal**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 8603, datada de 03-06-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar o projeto de regulamento do Programa de Captura, Esterilização e Devolução de Gatos do Município do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Na apresentação do ponto em discussão, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, proíbe o abate de animais errantes. Explicou que, com o objetivo de controlar as colónias destes animais, surge o presente regulamento, que prevê a captura, esterilização e

devolução dos gatos às respetivas colónias. Referiu ainda que a aplicação do regulamento acarreta despesas para o Município e para as Juntas de Freguesia, nos termos previstos no protocolo, existindo também a possibilidade de acolhimento dos animais.

#### Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no **Anexo 8**.

#### Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso referiu que o Grupo Municipal do PS concorda com o exposto pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando fundamental o cumprimento do regulamento. Salientou que, sendo importante defender o bem-estar animal, este tipo de iniciativas assume particular relevância, uma vez que a não esterilização das colónias pode colocar em causa a saúde pública e o próprio bem-estar dos gatos.

Acrescentou, à semelhança do que havia sido referido pelo Sr. Presidente da Câmara, que é igualmente importante procurar famílias disponíveis para adotar estes animais.

A Sr.<sup>a</sup> Júlia Bogas felicitou a Câmara Municipal pela elaboração do regulamento em discussão, referindo que, por experiência própria, tinha conhecimento de uma colónia de gatos existente na sua rua que já havia sido esterilizada na sequência da iniciativa que se encontrava em vigor antes da aprovação do regulamento.

#### Grupo Municipal do Partido CHEGA

O Sr. Carlos Simões de Melo iniciou a sua intervenção informando que o Grupo Municipal que representa votará favoravelmente o ponto.

Apresentou, de seguida, uma manifestação de interesses, pelo menos relativamente à matéria que também já havia sido abordada pelo Grupo Municipal do PSD. Referiu, a título pessoal, considerar que os animais não têm direitos, mas que os seres humanos têm deveres para com os animais, uma vez que estes não são conscientes nem racionais. Acrescentou que, se os animais tivessem direitos, deveriam também ter deveres, sendo, contudo, os seres humanos quem assume esses deveres e a responsabilidade de tratar os animais com dignidade. Considerou que o presente regulamento vai nesse sentido.

#### Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata começou por afirmar que quem não trata bem os animais não consegue tratar bem as pessoas, ressalvando, contudo, que os animais não devem ser tratados como pessoas. Prosseguiu, felicitando a Câmara Municipal pela iniciativa e manifestando a expectativa de que o Município disponha dos meios técnicos necessários à sua implementação e ao seu sucesso.

Em resposta às intervenções, o Sr. Vereador Paulo Cruz esclareceu que os procedimentos previstos no regulamento já têm vindo a ser aplicados, conforme anteriormente referido pela Sr.<sup>a</sup> Júlia Bogas.

Esclareceu que o objetivo do protocolo não é retirar os gatos errantes das ruas, mas proceder à sua captura, esterilização e posterior devolução à respetiva colónia. A captura é realizada pelo Município e a esterilização é efetuada numa clínica veterinária.

Referiu ainda que, por iniciativa e disponibilidade da clínica veterinária e dos veterinários municipais, alguns dos gatos acabam por ser encaminhados para adoção.

Acrescentou que, após a esterilização, todos os gatos passam a ter chip e ficam registados como pertencentes ao Município. As pessoas que se inscrevem como cuidadoras passam a assumir a responsabilidade pelo acompanhamento da respetiva colónia.

**Ponto 04 - Discussão e votação da minuta de delegação de competências do Município na Enerarea e da repartição de encargos do fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) e em Iluminação Pública (IP) da Câmara Municipal do Sabugal**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 8613, datada de 03-06-2026, a **Assembleia Municipal**, deliberou, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos e a delegação de competências na Enerarea relativamente ao fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Baixa Tensão Normal (BTN) e em Iluminação Pública (IP) da Câmara Municipal do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Relativamente ao ponto em discussão, o Sr. Presidente da Câmara explicou que o Município decidiu concentrar todo o fornecimento de energia na Enerarea – Agência Energética para a Beira Interior, com o objetivo de obter preços mais competitivos no mercado.

Referiu que, tendo em conta a concessão da iluminação pública e da baixa tensão normal, caso a Assembleia Municipal aprove a repartição de encargos por um período de 24 meses, será possível proceder à formalização do respetivo procedimento com a Enerarea, no sentido de obter condições e preços mais atrativos.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

**Ponto 05 - Discussão e votação da proposta de isenção total do pagamento de taxas municipais devidas pela utilização privativa do domínio público para instalação e operação dos PCVE, no âmbito da cooperação institucional com a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 8462, datada de 02-06-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de isenção total do pagamento de taxas municipais devidas pela utilização privativa do domínio público para instalação e operação dos PCVE abrangidos pelo edital, no âmbito da cooperação institucional com a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Na apresentação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que as Aldeias Históricas de Portugal elaboraram uma candidatura que prevê a instalação de postos de carregamento de veículos elétricos em 11 Aldeias Históricas. Explicou, contudo, que qualquer instalação no domínio público carece de aprovação pela Assembleia Municipal.

Informou que o posto de carregamento em Sortelha ficará localizado junto ao cemitério velho, nas proximidades do posto de carregamento rápido, com o objetivo de complementar um projeto de mobilidade sustentável que se encontra em curso.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

#### **Ponto 06 - Discussão e votação da proposta de inclusão no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal taxas a aplicar aos serviços prestados no âmbito do BUPi**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 6440, datada de 27-04-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, com 1 voto contra, **aprovar a proposta de inclusão no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município do Sabugal taxas a aplicar aos serviços prestados no âmbito do BUPi**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Na apresentação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara explicou que o Município dispõe de um espaço BUPi onde são georreferenciadas as matrizes, no âmbito de um projeto iniciado há alguns anos e financiado pela CCDR. Referiu, contudo, que, de acordo com a CCDR, os resultados previstos não foram alcançados através desse projeto.

Entretanto, foi publicada uma portaria que estabelece a não gratuitidade do serviço BUPi, tendo sido fixado o valor de 15 € por cada RGG, sendo que, a partir da décima, o valor será de 10 €.

Esclareceu ainda que a Câmara Municipal não pode isentar o pagamento desse valor, uma vez que o mesmo resulta de uma portaria governamental. O valor será recebido pelo Município e posteriormente entregue à Direção-Geral do Território, entidade responsável pela tutela desta matéria.

Considerando que a matéria em causa é da competência da Assembleia Municipal, cabe a este órgão aprovar a inclusão das respetivas taxas no Regulamento de Liquidação de Taxas.

Intervieram os seguintes grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, aproveitou a oportunidade para cumprimentar as funcionárias deste organismo, reconhecendo o seu dinamismo e competência.

Grupo Municipal do PS

O Sr. Filipe Nunes referiu que o Grupo Municipal do PS não vê inconveniente no pagamento do serviço. Sugeriu, contudo, que a Câmara Municipal procurasse reforçar o serviço, nomeadamente através da deslocação de dois ou três técnicos às Juntas de Freguesia, que, em articulação com elementos das Juntas ou com pessoas de mais idade, pudessem apoiar o mapeamento dos terrenos, uma vez que ainda existem muitos por georreferenciar.

Em resposta às intervenções, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o processo irá continuar tendo em conta que foi promovido um concurso para a contratação de três técnicas pelo prazo de um ano renovável por idênticos períodos.

Manifestou o seu descontentamento quanto à posição da CCDR relativamente ao fim do financiamento, salientando que, apesar de se defender que o projeto não produziu resultados práticos, o BUPi constitui uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do território.

Quanto à deslocação às freguesias, explicou que esta deixou de ser realizada devido à redução dos recursos humanos disponíveis, passando atualmente a ser prestado o serviço de forma presencial. Acrescentou que, dentro de pouco tempo, haverá também um espaço disponível no Centro Cívico do Soito.

Informou que, das cerca de 120 mil matrizes existentes no concelho do Sabugal, apenas foram tratadas aproximadamente 45 mil, pelo que o serviço continuará a ser prestado, até porque a sua realização é obrigatória para quem pretenda efetuar transações.

**Ponto 07 - Discussão e votação do auto de transferência de recursos no âmbito da Transferência de Competências para a freguesia da Cerdeira do Côa**

**Deliberação:** Face à informação registada sob o n.º 9413, datada de 19-06-2026, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar o auto de transferência de recursos no âmbito da Transferência de Competências para a freguesia da Cerdeira do Côa**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Na explicação do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, no início do mandato anterior, por imposição legal, foi transferido um conjunto de competências para as freguesias, tendo algumas aceite e outras não.

Explicou que a Freguesia da Cerdeira optou por não aceitar algumas dessas competências, tendo o atual Executivo Municipal entendido assumir mais algumas, no valor de 12.000,00 €, sendo necessário comunicar essa transferência à DGAL.

Concluiu referindo que, tratando-se de uma transferência de competências, a mesma carece de aprovação pela Assembleia Municipal.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

### **Ponto 08 – Atividade Municipal**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

Não se verificaram intervenções.

### **Intervenção do Público**

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Foi concedida a palavra ao Sr. Élio Franco, que abordou a questão da toponímia, nomeadamente a possibilidade de homenagear Maria Helena Neves Quintela, mais conhecida por Helena Liz, falecida em 2022, atribuindo o seu nome a uma das ruas do Sabugal. Referiu que se trata de um dos expoentes da pintura impressionista em Portugal.

Seguiu-se a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Lopes Barata, que, na qualidade de sócia da empresa Quiosque da Fonte Publicações, Lda., questionou qual será o ponto de situação do quiosque, tendo em conta as obras de requalificação da rua contígua ao mesmo e a instalação de uma nova cafetaria no Largo da Fonte, designadamente se está prevista a sua realocação. Questionou ainda, relativamente à cafetaria, se o procedimento de hasta pública contemplará alguma cláusula que confira direito de preferência.

Em resposta ao Sr. Élio Franco, a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara referiu que a proposta poderá ser apresentada à Comissão de Toponímia, para apreciação, acrescentando que, noutras localidades, existem placas identificativas com QR Code, que permitem às pessoas obter informação sobre a personalidade a quem foi atribuído o nome da rua.

Relativamente à intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Lopes Barata, o Sr. Presidente da Câmara começou por referir que o Quiosque da Fonte foi deslocalizado na sequência das obras realizadas no Largo da Fonte, tendo existido um entendimento entre as partes, sendo o quiosque propriedade da Câmara Municipal. Referiu que, neste momento, não está prevista nova deslocalização do quiosque. Esclareceu ainda que a cafetaria não se destina a promover venda de jornais e revistas. Quanto à

hasta pública, referiu que esta não contemplará direito de preferência, por tal não ser permitido por lei, podendo, assim, todos os interessados concorrer em igualdade de circunstâncias.

Solicitou a palavra o Sr. João Manata, para agradecer ao Sr. Élio Franco por ter trazido a questão da toponímia, referindo ser amigo da Sr.<sup>a</sup> Helena Liz e considerar que a mesma merece ter o seu nome atribuído a uma rua do Sabugal. Comprometeu-se, ainda, a apresentar a proposta em reunião da Comissão de Toponímia.

Interveio novamente a Sr.<sup>a</sup> Ana Maria Lopes Barata, esclarecendo que questionou o Sr. Presidente da Câmara por considerar que a Assembleia é o local adequado para a prestação de esclarecimentos, uma vez que, por diversas vezes, foram abordados com a informação de que a cafetaria já teria sido entregue.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, quando a cafetaria reunir as condições necessárias, será elaborado um regulamento para a realização da hasta pública.

Não tendo havido mais inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e cinquenta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada por Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrou e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, \_\_\_\_\_

Assinado por: **Manuel Augusto Meirinho Martins**  
Num. de Identificação: 06626219  
Data: 2026.09.17 16:04:33+01'00'

A Técnica Superior, \_\_\_\_\_

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**  
Num. de Identificação: 13572410  
Data: 2026.10.07 15:25:09+01'00'

Vânia Martins Filipe

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL**

**ATA N. 03/2026 – ANEXOS**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2026**

**Anexo 1**

**Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**

*“Cumprimento todos na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia.*

*Começo por destacar um projeto que está a ser desenvolvido no Sabugal. Refiro-me ao projeto de florestação e captura de carbono de Charneca e Ferreirinhos, na União das Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António, que se tornou o primeiro projeto registado e validado na plataforma do Mercado Voluntário de Carbono português, um instrumento criado pelo Governo para incentivar investimentos que contribuam para o aumento da capacidade de sequestro de carbono no território.*

*Estamos a falar de um projeto com uma área de 18,83 hectares, que prevê a captura de 2.976 toneladas de dióxido de carbono ao longo de 40 anos, correspondendo a uma média anual de cerca de 74 toneladas de CO<sub>2</sub>.*

*Apesar das reservas e das inconsistências do projeto e reservas relativas ao seu valor puramente ecológico, que manifestei aquando da sua apresentação, e que mantenho, este vale muito mais do que os números. Representa uma aposta na reflorestação, na proteção dos solos contra a erosão, na redução do risco de incêndio e no aumento da resiliência da paisagem. É também uma demonstração clara de que os territórios do interior podem estar na linha da frente da transição climática e da economia verde.*

*O Governo, através do novo Mercado Voluntário de Carbono, enquadrado no regime jurídico criado em 2024, pretende precisamente mobilizar investimento para projetos desta natureza, reconhecendo o papel das florestas e dos ecossistemas na concretização das metas nacionais de neutralidade carbónica. O Sabugal foi, de facto, o primeiro concelho do país a acolher um projeto validado neste novo sistema, o que constitui um motivo de orgulho para todos nós.*

*No futuro, o concelho poderá associar os seus projetos florestais e de créditos de carbono às explorações pecuárias extensivas, criando modelos de produção de carne de baixo carbono ou carbono neutro, semelhantes aos que estão a ser testados no Alentejo. A ideia seria criar sinergias, designadamente ao nível das entidades certificadoras, ligando a captura de carbono do território à valorização económica da produção agrícola e pecuária. Os produtores pecuários devem estar atentos a estas novas oportunidades, uma vez que elas já estão a ser exploradas noutras regiões do país e noutras geografias potencialmente concorrentes.*

*A título de exemplo, no passado fim de semana decorreu, aqui bem perto, em Salvaterra do Extremo, concelho de Idanha-a-Nova, o Eco Festival. Num dos painéis foram apresentados diversos projetos agrícolas, entre os quais um com cerca de 600 hectares, onde se pratica agricultura regenerativa e que já está a colher os benefícios dessa diferenciação.*

*Já agora, aproveito este momento "verde" para referir que participei nesse evento, a convite da Quercus, em representação da Freguesia do Baraçal, para dar o meu testemunho sobre a limpeza urbana livre de herbicidas, naquela que é já uma marca de 25 anos consecutivos de gestão dos espaços públicos sem recurso a herbicidas. Bem sei que "os santos da terra não fazem milagres", mas aqui fica o meu testemunho.*

*Quero também dar nota das Jornadas Internacionais sobre o Património Cultural Imaterial da Raia Hispano-Portuguesa, que tiveram lugar nos dias 12 e 13 de junho, em Ciudad Rodrigo, onde o responsável do IPAC, Carlos Papafina, apresentou a Capeia Arraiana.*

*Embora tenha afirmado aquilo que todos nós já sabemos, vale a pena recordar as suas palavras: a Capeia é muito mais do que uma tradição taurina; é um dos maiores símbolos identitários das Terras de Ribacôa; é um património vivo que une gerações, fortalece o sentimento de pertença das comunidades do Sabugal e constitui um elemento distintivo da cultura raiana.*

*Sublinhou ainda a importância de continuar a estudar, documentar e divulgar esta manifestação cultural, envolvendo as novas gerações e reforçando a cooperação entre Portugal e Espanha na salvaguarda deste património imaterial comum.*

*Quero aproveitar esta oportunidade para felicitar todos os autarcas aqui presentes e todos aqueles que, ao longo dos anos, quiseram e souberam preservar esta manifestação cultural.*

*Quero igualmente felicitar o Executivo Municipal pela forma como tem estruturado o apoio à Capeia.*

*E permitam-me, por fim, felicitar o antropólogo Norberto Manso pelo papel absolutamente singular que desempenhou no processo de classificação da Capeia Arraiana como Património Cultural Imaterial.*

*Muito obrigado.”*

## **Anexo 2**

### **Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Sandra Silvestre**

*“Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, a segunda edição das festas da cidade acolheu durante 4 dias momentos únicos de reencontro, diversão e dinamismo económico. O cartaz deste ano refletiu exatamente isso, uma terra moderna que aposta na cultura, que traz artistas de renome para todo o tipo de público e que criam um espaço de convívio para todas as gerações. Para além do sucesso cultural, este ano foi notória uma forte preocupação ambiental na organização do evento. Um passo fundamental que devemos saudar e reconhecer publicamente. A nosso ver, esta festa é um espelho da nossa identidade, da nossa resiliência e da força do concelho de Sabugal. Neste sentido e sabendo o impacto que este evento tem na comunidade, que balanço é que o executivo municipal faz desta edição e de que forma estes resultados validam a estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade para o futuro do nosso Concelho.”*

## **Anexo 3**

### **Intervenção do Sr. João Nunes**

***“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal,***

***Boa tarde.***

***Gostaria de ver esclarecidas três questões.***

***Faixas de gestão de combustível.***

*Hoje termina o prazo legal para a sua execução e a realidade no terreno é preocupante. Salvo uma ou duas exceções, a grande maioria das faixas continua por executar. Nas zonas que tenho percorrido, verifica-se que, em muitos casos, os trabalhos realizados limitaram-se apenas à limpeza junto até às paredes ou vedações, ficando por cumprir aquilo que a legislação prevê.*

*Perante esta situação, gostaria que fosse esclarecido quem é, efetivamente, o responsável pela execução destas faixas. Sabemos que houve uma transferência de competências, para as juntas de freguesia, mas foi publicado um edital que refere que, em grande parte das freguesias, será a Câmara Municipal a assegurar estes trabalhos, na sequência da cedência de um trator pelo ICNF.*

*Assim, pergunto: qual é, afinal, a repartição de responsabilidades entre a Câmara Municipal, e as Juntas de Freguesia?*

***A segunda questão prende-se com a sinalização horizontal.***

*Gostaria de felicitar a Câmara pela repintura da sinalização horizontal nas estradas municipais. Apesar de, em alguns casos, o pavimento já apresentar um elevado estado de degradação, considero que a pintura continua a ser uma medida essencial para a segurança rodoviária e, por isso, deve ser assegurada mesmo nessas situações.*

*No entanto, volto a sugerir que a Câmara elabore e implemente um plano de recuperação e manutenção das estradas municipais, com prioridades bem definidas. Adiar estas intervenções poderá traduzir-se, no futuro, num problema muito mais grave e dispendioso.*

*Aproveito ainda para solicitar um esclarecimento relativamente aos trabalhos de pintura da sinalização horizontal. Estes encontram-se concluídos ou foram apenas interrompidos?*

*Refiro-me, em particular, à EM545, entre Forcalhos e Aldeia Velha, onde apenas cerca de metade do percurso foi pintada.*

*Está prevista a conclusão desta intervenção?*

***Projeto do Parque da Cidade.***

*Trata-se de um investimento importante, por isso, gostaria de saber se o projeto já se encontra em fase de elaboração e, em caso afirmativo, em que ponto está o processo.*

*Aproveito também para deixar uma sugestão. Considero fundamental que, durante o período de consulta pública, seja promovida uma divulgação ampla e eficaz, incentivando a participação dos cidadãos. Um projeto desta dimensão só tem a ganhar com o contributo da comunidade.*

*Essa participação poderá ajudar a evitar alguns erros que, infelizmente, se verificaram em obras anteriores, nomeadamente na escolha de determinados materiais, cuja durabilidade e adequação ao espaço público se revelaram discutíveis.”*

**Anexo 4**

**Intervenção do Sr. José Nunes**

*“Boa tarde a todos*

*A nova lei de cibersegurança (Decreto-Lei n.º 125/2025) traz regras muito mais rigorosas para as autarquias. Um dos pontos importantes a reter é que a Presidência da Câmara passa a ser diretamente responsável pela segurança digital, não podendo alegar desconhecimento técnico. Qualquer falha grave pode resultar em responsabilidade civil ou até criminal.*

*Para garantir a proteção do nosso município, colocamos três questões:*

*Que medidas práticas já estão em curso para assegurar as novas exigências do Centro Nacional de Cibersegurança?*

*Já temos um plano interno para reportar incidentes e dar formação contínua às nossas equipas?*

*Como é que estas obrigações de segurança se vão integrar na atual modernização tecnológica da Câmara?”*

**Anexo 5**

**Intervenção do Sr. Saúl Ribeiro**

*“Boa tarde Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e respetivo executivo e Srs. Membros da Assembleia e munícipes.*

*O Grupo Municipal do Partido CHEGA garantiu, desde o início, que a nossa prioridade é o desenvolvimento do Sabugal e o bem-estar das populações para que os munícipes e os comerciantes não continuem a ser penalizados por atrasos institucionais.*

*O CHEGA votará favoravelmente a esta obra para que a obra finalmente avance.*

*Só queria fazer um pequeno apêndice, obviamente me vai ser dito que não tem a ver com isto, mas eu gostava de saber se já têm todos os acordos feitos com os taxistas e com os outros negócios locais para andar com a obra para a frente, sem os afetar gravemente, pelo menos porque afetados vão ser sempre afetados, mas a obra é necessária, como é óbvio.”*

#### Anexo 6

#### **Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido CHEGA**



Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal do Sabugal

Professor Manuel Meirinho

#### **Declaração de Voto Escrito**

**Assunto: Declaração de Voto escrito sobre o ponto 2. da Ordem de Trabalho da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Sabugal de 30 de junho de 2026**

O Grupo Municipal do Partido CHEGA com assento na Assembleia Municipal do Sabugal, ao abrigo do Artigo 42º do Regimento desta Assembleia, apresenta uma declaração de voto escrito sobre o ponto 2. da Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 30 de junho de 2026, referente à apreciação da proposta de atribuição das despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, em que votou contra o apresentado para deliberação por não se rever e discordar na forma e conteúdo do referido documento.

O documento é apresentado no ponto 2. da Ordem do Dia da sessão referida como “discussão e votação da proposta de atribuição das despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil”, baseada no documento com o registo interno número 2820, de 24 de fevereiro de 2026, que tem como assunto a remuneração do Coordenador Municipal de Proteção Civil e não somente o da atribuição de despesas de representação.

Atento ao documento referido, constata-se que o cargo pode ser equiparado, somente para efeitos remuneratórios, a um dos cargos dirigentes da Câmara Municipal e, nesse caso, só poderia ser equiparado, no seu limite máximo, a Chefe de Divisão.

Depreende-se, da proposta apresentada, que, para que o Coordenador Municipal de Proteção Civil auferisse o direito a receber despesas de representação, deveria também auferir o direito remuneratório de Chefe de Divisão, ou seja, aumentando a despesa da Câmara Municipal por duas vias, aumento da remuneração mensal e das despesas de representação. Mensalmente, o Coordenador Municipal de Proteção Civil passará assim a ter um incremento no seu vencimento de 249,75€, acrescido de 218,26€ referente a despesas de representação, num total de 468,01€, ou seja, terá uma percentagem de aumento na sua retribuição mensal de quase 17,5%.



São aumentados 6552,14€ na despesa anual, o que poderá parecer irrelevante, mas demonstra, no entendimento do Grupo Municipal do Partido CHEGA, que a Câmara Municipal, por forma a agradar a poucos, não põe em primeiro lugar a gestão equilibrada do dinheiro colocado à sua disposição pelos contribuintes.

Com o sentido de voto contra a proposta, o Grupo Municipal do Partido CHEGA, nada aponta de censurável ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, antes sim, manifesta-se contra o aumento das despesas correntes da Câmara Municipal. Este despesismo do Executivo Camarário revela, no nosso entendimento, falta de visão estratégica e de cuidado com os dinheiros públicos por parte do seu primeiro responsável, o Presidente de Câmara.

**Termos e fundamentos que levaram a que o Grupo Municipal do Partido Chega tenha votado contra a referida proposta de atribuição das despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil.**

Sabugal, 30 de junho de 2026

O Representante do Grupo Municipal do Partido Chega



Assinado por: Carlos Nuno  
Comes e Simões de Melo  
Identificação: 8106483423  
Data: 2026-06-26 às 12:36:16

### Anexo 7

#### **Intervenção da Sr.<sup>a</sup> Nélia Carrilho**

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*

*Na sua Pessoa cumprimento todos os elementos da mesa, bem como todos os presentes. Relativamente ao ponto em apreciação, gostaríamos de manifestar a nossa posição sobre a atribuição de despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, agora equiparado a Chefe de Divisão, passando a exercer, em simultâneo, funções de elevada responsabilidade em três áreas distintas: a Coordenação Municipal da Proteção Civil, a responsabilidade pela Colónia Agrícola de Martim Rei e a coordenação do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.*

*Queremos deixar claro que votamos favoravelmente pela legitimidade de uma remuneração adequada ao grau de responsabilidade das funções exercidas, e pela atribuição das respetivas despesas de representação.*

*Contudo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação perante a concentração de responsabilidades tão exigentes numa única pessoa, sobretudo quando uma delas diz respeito à Proteção Civil Municipal, uma área que exige disponibilidade permanente, capacidade de resposta imediata e elevado nível de dedicação.*

*Assim, dirigimo-nos ao Senhor Presidente da Câmara pedindo a garantia que esta acumulação de funções não comprometerá a eficácia, a prontidão e a qualidade da coordenação da Proteção Civil Municipal, nem o desempenho das restantes responsabilidades que lhe foram confiadas, bem como, saber se haverá substituição em caso de ausência prolongada em qualquer dos pelouros.*

*É esta a garantia que esperamos receber, por entendermos que o interesse público e a segurança dos municípios devem constituir a prioridade absoluta, uma vez que entrámos numa época bastante sensível.*

*Muito obrigado.”*

### Anexo 8

#### **Intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal – Carlos Borregana**

*“Gostaria de abordar esta matéria em dois planos distintos.*

*O primeiro é o plano prático deste regulamento, no qual o Município, e bem, deu cumprimento às orientações legais emanadas das instâncias competentes e apresenta agora este regulamento para aprovação. Neste âmbito, gostaria de pedir uma atenção muito especial aos Senhores Presidentes de Junta relativamente à sua operacionalização.*

*Se este regulamento não for corretamente interpretado e aplicado, a sua execução poderá gerar encargos muito significativos para as freguesias. Não pode passar a ideia de que este regime desresponsabiliza os detentores de animais de companhia pelas suas obrigações. Da mesma forma, não pode passar a ideia de que a realidade do nosso espaço rural é, nesta matéria, idêntica à do espaço urbano.*

*Existe, depois, um segundo plano de reflexão, mais amplo, que também deve ter lugar nesta Assembleia Municipal.*

*Ninguém questiona a importância da proteção e do bem-estar dos animais. Uma sociedade civilizada deve combater os maus-tratos e promover a posse responsável. No entanto, é legítimo questionar se não estaremos a caminhar para uma excessiva humanização dos animais de companhia e para um desequilíbrio nas nossas prioridades sociais e legislativas.*

*A própria legislação acabou por estabelecer diferentes níveis de proteção entre os animais, conferindo aos animais de companhia uma tutela reforçada que não é atribuída a outros animais igualmente capazes de sentir dor e sofrimento.*

*Será legítimo pensarmos na criação de um Serviço Nacional de Saúde Animal, como defendem alguns deputados na Assembleia da República, quando continuamos confrontados com as dificuldades do nosso próprio Serviço Nacional de Saúde?*

*Será razoável instituir um dia de luto pelo falecimento de um animal de companhia, como também já foi proposto?*

*E não será desconcertante verificar que o abandono de um animal é hoje mais censurável, e até mais severamente sancionado pela lei, do que o abandono de um velho num hospital pela sua própria família?*

*Esta realidade merece reflexão.*

*Defender os animais é um dever de uma sociedade evoluída. Mas não podemos perder de vista que as pessoas, em especial as mais vulneráveis, devem continuar a ocupar o centro das preocupações das políticas públicas.*

*O verdadeiro desafio consiste em encontrar um equilíbrio: proteger os animais sem os humanizar em excesso e, ao mesmo tempo, garantir que a dignidade, o cuidado e a proteção das pessoas nunca passem para segundo plano.”*

**O Presidente da Assembleia,**

Assinado por: **Manuel Augusto Meirinho Martins**  
Num. de Identificação: 06626219  
Data: 2026.09.17 16:03:37+01'00'

Manuel Augusto Meirinho

**A Técnica Superior,**

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**  
Num. de Identificação: 13572410  
Data: 2026.10.07 15:26:06+01'00'

Vânia Martins Filipe